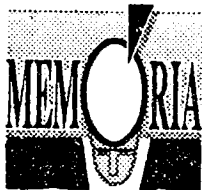


As razões do Congresso

JORNAL DE BRASÍLIA

28 JUN 1994

A falta de acordo e o quórum baixo vêm impedindo a apreciação



do projeto que estabelece o uso de duas urnas nas eleições de 3 de outubro. Os deputados temem que a proposta do TSE esvazie a disputa para a Câmara e desestimele o eleitor a votar na eleição proporcional. Também argumentam que a divisão das urnas irá acelerar a apuração dos votos para presidente e senador, deixando para trás a eleição proporcional — o que abriria brecha para fraudes.

Uma outra proposta do TSE, que permite abatimento no Imposto de Renda de contribuições para as campanhas, também está parada no Congresso.

As negociações têm sido tumultuadas e provocam reações de todas as lideranças partidárias no Congresso. Na manhã de terça-feira passada, por exemplo, o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), chegou a descartar a possibilidade de aprovação da proposta.

Inocêncio dizia que, se a preocupação do TSE era acelerar a votação, os deputados estavam dispostos a aprovar a

criação de duas cabines e duas mesas por seção. Mas com uma ressalva: "Será mantida uma urna, pois os partidos não estão dispostos a aprovar a mudança." O TSE acusa os deputados de corporativismo.

Inocêncio vem tentando intermediar um acordo para evitar o confronto. Passou a defender que o plenário decida no voto, em vez de optar por um acordo de lideranças. Os líderes admitem aprovar duas urnas, desde que se assegure a apuração simultânea. Ou seja, o ritmo da apuração dos votos majoritários não poderia ultrapassar o dos proporcionais.